

COMANDO MILITAR DO NORTE

8ª Região Militar

DESPACHOS

Reconheço a dispensa de licitação, fundamentada no Inciso IV, Art. 24, da Lei 8.666/93, de 21 Jun 93, para despesas com aquisição de peças para manutenção de viaturas, material de expediente, suprimento de fundos, serviços de manutenção de viaturas e ligações de comando, respectivamente na MD 34.90.30, no valor de: R\$ 11.344,87 (ONZE MIL TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS) e na MD 34.90.39, no valor de: R\$ 1.800,00 (UM MIL E OITOCENTOS REAIS), para apoio às eleições, por esta UG.

Marabá-PA, 28 de outubro de 1994
Cel Art QEMA CASSIVALDO DA COSTA SANTOS
Ordenador de Despesas do 23º B TIG SI.

Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas do 23º Batalhão Logístico de Selva, referente à dispensa de licitação para despesas com aquisição de peças em manutenção de viaturas, material de expediente, suprimento de fundos, serviços de manutenção de viaturas e ligações de comando, para apoio às eleições, de acordo com o previsto no Art 26 da Lei 8.666/93.

Belém-PA, 28 de novembro de 1994
Gen Div LUIZ DE GOES NOGUEIRA FILHO
Comandante

(Of. nº 73/94)

COMANDO MILITAR DO SUDESTE

2ª Região Militar

DESPACHOS

Reconheço a inegibilidade de licitação fundamentada no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93 durante o exercício financeiro de 1994, para contratação dos serviços prestados pelas seguintes concessionárias: - CEMO, ELETROPOL, TELESF e VALE-TRANSPORTE.

Osasco-SP, 15 de dezembro de 1994
Ten Cel Inf QEMA FERNANDO DIAS COSTA BANDEIRA
Ordenador de Despesa do 39º Batalhão de Infantaria Motorizada

Ratifico a decisão do OD do 39º BINTz, exarada no Processo originário/do Of nº 141 - Set Fin, de 15 DEZ 94, referente a Inegibilidade de Licitação acima caracterizada nos termos do Art. 25 Caput, da Lei nº 8.666/93 de 21 JUN 93.

São Paulo-SP, 15 de dezembro de 1994
Gen Div SERGIO RUSCHEL BERGAMASCHI
Comandante

(Of. nº 173/94)

COMANDO MILITAR DO SUL

3ª Região Militar

DESPACHOS

Reconheço a inegibilidade de licitação fundamentada no Caput do Art 25 da Lei nº 8.666/93, para aquisição dos serviços das concessionárias do Serviço Público a seguir: Companhia Estadual de Energia Elétrica, Companhia Mograndense de Saneamento, Companhia Mograndense de Telecomunicações e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, durante o exercício de 1994.

São Gabriel-RS, 5 de julho de 1994
JÚLIO CESAR MEYER BANDEIRA
Ordenador de Despesas da 13ª Companhia de Comunicação

Ratifico a decisão do OD da 13ª Companhia de Comunicações, referente a inegibilidade de licitação nos termos do Art 26 da Lei nº 8.666/93.

Porto Alegre-RS, 15 de julho de 1994
Gen Div JOÃO CARLOS ROTTA
Comandante

(Of. nº 61/94)

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e na forma do

art. 32, do anexo I ao Decreto 99.578, de 10 de outubro de 1990, resolve:

Art. 1º Fica criado o Consulado Honorário do Brasil em Maracaibo, República da Venezuela, subordinado à Embaixada em Caracas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 1994.

CELSON LUIZ NUNES AMORIM

(Of. nº 194/94)

SECRETARIA-GERAL

Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior

Departamento Consular e Jurídico

Divisão de Atos Internacionais

BRASIL/CEPAL

Ajuste no Âmbito do Planejamento Econômico e Social

O Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), celebraram em Brasília, em 14 de dezembro de 1994, o seguinte Ajuste Complementar ao Acordo sobre a Cooperação Técnica SEPLAN/PR-CEPAL, no Âmbito do Planejamento Econômico e Social, o qual entrou em vigor na data de sua assinatura:

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ONU PARA O FUNCIONAMENTO DO ESCRITÓRIO DA CEPAL EM BRASÍLIA; SOBRE A COOPERAÇÃO TÉCNICA SEPLAN/PR-CEPAL NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e
A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando:

Que as relações de cooperação entre as Partes Contratantes têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo para o Funcionamento do Escritório, em Brasília, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), assinado em Santiago do Chile, em 27 de julho de 1984;

Que a cooperação técnica para a viabilização de ações programáticas, com enfoque centrado no planejamento econômico, e social, se reveste de especial interesse para as Partes Contratantes;

Que é conveniente estimular a cooperação entre as Partes Contratantes na referida área,

Acordam o seguinte:

Artigo I

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR), por intermédio da Secretaria de Planejamento e Avaliação (SPA) como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar;

b) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) como instituição responsável pelo acompanhamento das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar;

2. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por intermédio de seu Escritório no Brasil, designa o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), como responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo II

O presente Ajuste Complementar visa à prestação de cooperação técnica do ILPES/CEPAL à SEPLAN/PR, para a viabilização de ações programáticas, com enfoque centrado no planejamento econômico e social, com destaque para o traçado metodológico para a definição de modelo alocativo para recursos públicos; para a reciclagem e a formação de recursos humanos; para a análise comparativa da estrutura institucional do sistema de planejamento, sua reestruturação, sua articulação com o orçamento e com a programação econômico-financeira de médio prazo governamental.

Artigo III

1. Para a operacionalização do presente Ajuste Complementar, a SEPLAN/PR normatizará e coordenará junto com o ILPES/CEPAL as ações deste instrumento para os objetivos indicados.

2. As atividades do Ajuste Complementar desenvolver-se-ão com base em Planos Operativos, elaborados conjuntamente pela SEPLAN/PR e pelo ILPES/CEPAL, em função das demandas específicas para atendimento pela cooperação técnica.

3. Os Planos Operativos definirão os objetivos, as atividades, os produtos, a estratégia operacional, prazo e cronograma e os recursos humanos e financeiros necessários à execução dos trabalhos, que serão formalizados por troca de Notas.

Artigo IV

São obrigações das Partes Contratantes, por intermédio de seus executores:

I - Da SEPLAN/PR, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Avaliação (SPA):